

Há os que afirmam, embora não existam dados seguros, possuir o Brasil dois bilhões e duzentos milhões de cafeeiros em relativa produção, devendo crescer-se a esse número, dentro em breve, coeficiente apreciável de lavouras novas que se vieram formando depois que foi suspensa a proibição da plantação. Em 1931, quando se iniciou o plano de combate à superprodução, criou-se um imposto para os plantações novas visando os Estados que já dispuzessem de mais de 50 milhões de cafeeiros. Essa proibição durou até 1943. Em 1942 foi calculado existirem no país 2.303.429.221 cafeeiros, dos quais 75.674.463 abandonados nos anos em que houve seca e geadas. Os conhecedores do problema cafeeiro calculam poder o Brasil, sem perigo, contar com uma produção anual de 20 milhões de sacas, tanto mais por estar, desde 1943, levantada a proibição de novas plantações. Segundo Teófilo de Andrade, não se justifica o pessimismo propalado na América do Norte, de que o Brasil está ameaçado de perder a sua riqueza cafeeira.

Entretanto, a grande ameaça para o Brasil residiu e reside na qualidade do produto que enviamos aos mercados exteriores. É aí que está o grande perigo da concorrência que sofremos.

A qualidade do nosso produto tende infelizmente a baixar cada vez mais, e devemos enfrentar enérgicamente a produção em qualidade. Precisamos de mercadoria para a concorrência com os "milds". Precisamos de quantidades suficientes de cafés moles, de boa bebida.

Já muitos dos nossos homens de responsabilidade, dentre eles Fernando Costa, chamaram a atenção para a necessidade de produzirmos cafés de bebida fina e procurou-se nesse sentido realizar a campanha dos cafés "despolpados", campanha que não chegou a produzir os resultados dela esperados entre nós. Todavia, os cafés de terreiro, de bebida mole, esses podemos produzir, dentro de certos cuidados, em muitas zonas de nossos Estados, os quais têm grande aceitação nos mercados externos. Precisamos combater os cafés de bebida dura. Agravando essa situação da qualidade do nosso café depara-se-nos agora a bróca (*Stephanoderes Hampell*), que veio ainda comprometer a qualidade de nosso produto, nos mercados americanos.

Infelizmente nossa política cafeeira não pode produzir todos os seus resultados e chegamos afinal ao reajustamento econômico e à destruição de milhões de cafeeiros e à situação atual, em que os mercados internacionais, depois da guerra, se vão restabelecendo, e o Brasil que chegou a ter 75% desse comércio está hoje reduzido a 48%. A fase que atravessamos é de recuperação da lavoura cafeeira.

Foi justamente visando concorrer para essa reconstrução da lavoura cafeeira e procurando contribuir para melhorar a comercialização do produto, garantindo-se ao lavrador o valor de seu produto, pela qualidade, que apresentei ao Conselho, ante-projeto de padronização de café, o qual já havia sido por mim estudado, quando Diretor do Serviço de Economia Rural, com a colaboração de alguns dedicados classificadores de café daquele Serviço.

Da classificação atual dos cafés brasileiros exportados por tipos, bebida e favas, infelizmente não existe estatística segura a respeito, sendo falho, portanto, os que aparecem nas referências publicadas. Entretanto, para um julgamento, podemos elucidar essa matéria da seguinte forma:

a média de tipo exportada do Brasil é do tipo 5/6, o que equivale dizer 66 defeitos e impurezas em 300 gramas de café. Em São Paulo e Sul de Minas, os cafés melhoram nos diversos tipos, podendo-se ter em média o tipo 4 ou 26 defeitos e impurezas em 300 gramas.

Espírito Santo, Estado do Rio, parte de Minas (Zona da Mata) e Paraná a média em tipo cá para 7/8 com 260 defeitos e impurezas em 300 gramas.

A nossa média exportada de café de bebida mole corresponde, geralmente a 2%. Esses cafés são oriundos das seguintes zonas: em São Paulo, da Mogiana e parte de Douradense e Paulista, Minas, somente a parte Sul.